



**Aluno(a): \_\_\_\_\_**

**AV2**

**Instruções – Prova Objetiva A:**

- Este caderno contém 20 (vinte) questões, com 5 alternativas cada uma.
- Cada questão contém somente UMA ALTERNATIVA CORRETA.
- Atribui-se a cada questão o valor de 0,5 ponto, totalizando 10,0 pontos.
- Há um QUADRO DEFINITIVO DE RESPOSTAS, que deverá ser preenchido de caneta AZUL ou PRETA.

**Quadro Definitivo de Respostas**

<b>Alternativa/ Questão</b>	<b>A</b>	<b>B</b>	<b>C</b>	<b>D</b>	<b>E</b>
<b>1</b>					
<b>2</b>					
<b>3</b>					
<b>4</b>					
<b>5</b>					
<b>6</b>					
<b>7</b>					
<b>8</b>					
<b>9</b>					
<b>10</b>					
<b>11</b>					
<b>12</b>					
<b>13</b>					
<b>14</b>					
<b>15</b>					
<b>16</b>					
<b>17</b>					
<b>18</b>					
<b>19</b>					
<b>20</b>					

**Questão 1** (FAURGS/2015/TJ-RS-TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS - ADAPTADA). No que se refere à legislação tributária, assinale a alternativa que contém afirmativa correta.

- a) Os conceitos utilizados pela Constituição da República para outorgar competência tributária podem ser alterados pelo legislador do ente político que a titularizar, dada a sua autonomia tributária e financeira.
- b) O legislador ordinário pode estabelecer que multa tributária menos gravosa somente se aplique a fatos futuros.
- c) O Código Tributário Nacional admite a utilização da analogia para a aplicação das hipóteses de incidência

- A duração da prova terá 2h (duas horas).
- O tempo mínimo de permanência na sala é de 30 (trinta) minutos após o início da prova.
- A aluno não poderá retirar-se da sala de prova levando o caderno de questões.
- Trata-se de prova sem consulta à legislação, ao material de apoio e aos colegas.
- Boa prova!

tributária a fatos juridicamente semelhantes àqueles por elas previstos, com vistas à promoção da igualdade.

- d) Leis expressamente interpretativas têm aplicabilidade retroativa, ressalvada a hipótese de prescreverem penalidade por infração dos dispositivos interpretados.
- e) A analogia é uma das técnicas de interpretação da legislação tributária previstas no Código Tributário Nacional.

**Questão 2 – Considere as seguintes afirmações:**

- I. O crédito tributário decorre da obrigação acessória e tem a mesma natureza desta.
- II. A lei aplica-se a ato pretérito não definitivamente julgado, quando lhe comine penalidade mais severa que a prevista na lei vigente ao tempo da sua prática.
- III. Nos termos do CTN, interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre outorga de isenção.

Está correto o que se afirma APENAS em:

- a) I e III.
- b) II e III.
- c) I.
- d) II.
- e) III

**Questão 3** (XXI EXAME OAB/2016-2017 - ADAPTADA). Determinada pessoa jurídica verificou que possuía débitos de IPTU e decidiu aderir a parcelamento por necessitar de certidão de regularidade fiscal para participar de licitação. Após regular adesão ao parcelamento e diante da inexistência de quaisquer outros débitos, a contribuinte apresentou requerimento para emissão da certidão positiva com efeitos de negativa. Com base nessas informações, o Fisco deverá:

- a) Deferir o pedido, já que o parcelamento é causa de extinção do crédito tributário.
- b) Deferir o pedido, já que o parcelamento é causa de suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

- c) Indeferir o pedido, pois a certidão somente poderá ser emitida após o pagamento integral do tributo em atraso.
- d) Deferir o pedido, já que o parcelamento é causa de exclusão do crédito tributário.
- e) Indeferir o pedido, já que o parcelamento deve vir acompanhado do pagamento de multas tributárias.

**Questão 4** (FAURGS/2016/TJ-RS - JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO - ADAPTADA). No que se refere à suspensão da exigibilidade do crédito tributário, considere as afirmações abaixo.

I - É possível a concessão de medida liminar em mandado de segurança preventivo nos casos em que não haja lançamento tributário e que se enquadrem no artigo 151 do Código Tributário Nacional.

II - A moratória é uma espécie de parcelamento que não depende de lei para a sua instituição.

III - Os processos administrativos tributário de qualquer natureza são aptos a suspender a exigibilidade do crédito tributário.

IV - O depósito como hipótese de suspensão da exigibilidade do crédito tributário tem por finalidade garantir a demanda, razão pela qual não se restringe a dinheiro, alcançando qualquer bem cujo valor cumpra a sua finalidade.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I e III.
- b) Apenas II e IV.
- c) Apenas I.
- d) Apenas II.
- e) Apenas a IV

**Questão 5** (FCC/2015/TCM-RJ - PROCURADOR DA PROCURADORIA ESPECIAL - ADAPTADA). Sobre as garantias e privilégios do crédito tributário, considere:

I. Existe presunção absoluta de fraude à execução na alienação de bens após a citação do devedor no processo de execução fiscal.

II. A cláusula de impenhorabilidade de bens definida entre particulares não pode ser invocada na cobrança de crédito tributário.

III. O crédito tributário não prefere aos créditos extraconcursais, mas se decorrente de fato gerador ocorrido no curso do processo de falência são considerados extraconcursais.

IV. As multas tributárias não gozam da mesma preferência do crédito decorrente do tributo, ficando após os créditos quirografários.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e II.
- b) III e IV.
- c) I, II e III.
- d) II, III e IV.
- e) I, III e IV.

**Questão 6** (CESGRANRIO/2018/LIQUIGÁS - AUDITORIA - ADAPTADA). A constituição do crédito

tributário, quando decorrente de ato da administração tributária, é feito mediante (a):

- a) Obrigação acessória
- b) Integração tributária
- c) Lançamento
- d) Consulta administrativa
- e) Coisa julgada

**Questão 7** (CESGRANRIO/2018/PETROBRAS - ADVOGADO JÚNIOR). Em 2014, o rompimento de uma barragem de rejeitos decorrentes de atividade de mineração desenvolvida no município Z causou severos danos à infraestrutura da cidade. Em razão do incidente, foi aprovada lei que estendeu o prazo para o pagamento do IPTU pelo período de um exercício financeiro para beneficiar proprietários de imóveis afetados pelo infortúnio, que se encontravam em mora com relação ao imposto citado. Qual é o nome do instituto tributário utilizado pelo município?

- a) Parcelamento
- b) Remissão
- c) Transação
- d) Moratória
- e) Compensação

**Questão 8** (VUNESP/2018/TJ-RS - JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO - ADAPTADA). Considerando as disposições do Código Tributário Nacional acerca do pagamento, é correto afirmar que

- a) A importância de crédito tributário pode ser consignada judicialmente pelo sujeito passivo na hipótese de recusa de recebimento, ou subordinação deste ao pagamento de outro tributo ou de penalidade, ou ao cumprimento de obrigação acessória.
- b) Quando a legislação tributária não dispuser a respeito, o pagamento é efetuado no local indicado pelo sujeito passivo.
- c) A existência de consulta formulada pelo devedor, dentro do prazo legal para pagamento, não suspende a exigibilidade do crédito tributário, não afastando a incidência de juros de mora e penalidades cabíveis.
- d) O pagamento do tributo deve ser realizado em moeda corrente, podendo, nos casos expressamente previstos em lei, ser realizado por dação de bens móveis.
- e) Quando a legislação tributária não fixar o tempo do pagamento, o vencimento do crédito ocorre quinze dias depois da data em que se considera o sujeito passivo notificado do lançamento.

**Questão 9** (CONSULPLAN/2017/TRF - 2ª REGIÃO - TÉCNICO JUDICIÁRIO - SEM ESPECIALIDADE - ADAPTADA). Quanto ao sujeito passivo tributário e suas características, pode-se afirmar que responsável tributário é:

- a) Pessoa jurídica que tem relação pessoal e direta com a situação que constitui o fato gerador do tributo.

- b) Pessoa física ou jurídica que, em decorrência do fenômeno da repercussão, fica obrigada a quitar o tributo.
- c) Pessoa física ou jurídica obrigada por lei ao cumprimento da prestação tributária principal, por ter com esta relação direta e pessoal.
- d) Classificado como “por substituição”, quando o dever de pagar o tributo nasce com o contribuinte e é transferido para o responsável em razão de evento superveniente.
- e) Terceiro a quem a lei atribui o dever de pagar o tributo, por motivos de facilidade de cobrança e de fiscalização do recolhimento.

**Questão 10** (ORHION CONSULTORIA/2018/PREFEITURA DE JAGUARIÚNA-SP - PROCURADOR JURÍDICO - ADAPTADA). Sobre isenção e anistia previstas no Código Tributário Nacional, analise as afirmativas a seguir:

I - A isenção, quando não concedida em caráter geral, é efetivada, em cada caso, por despacho da autoridade administrativa, em requerimento com o qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei ou contrato para sua concessão.

II - A anistia pode ser concedida a determinada região do território da entidade tributante, em função de condições a ela peculiares.

III - A isenção pode ser restrita a determinada região do território da entidade tributante, em função de condições a ela peculiares.

IV - A isenção e a anistia são modalidades de extinção do crédito tributário.

V - A anistia exclui o crédito tributário após a sua regular constituição mediante auto de infração.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas II e IV estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.
- d) Apenas as afirmativas I, IV e V estão corretas.
- e) Todas as afirmativas estão corretas.

**Questão 11** (MOVENS/2009/PCPA - DELEGADO DE POLÍCIA - ADAPTADA). A evasão tributária e a elisão tributária são institutos de direito tributário. A respeito das infrações tributárias e dos crimes contra a ordem tributária, assinale a opção CORRETA.

- a) A elisão é identificada por grande parte dos doutrinadores com o planejamento tributário lícito
- b) A evasão tributária, para a maioria da doutrina, é mecanismo lícito.
- c) A sonegação, a fraude e o não cumprimento de obrigações acessórias são considerados crimes contra a ordem tributária.
- d) A sonegação e o descaminho, em razão de seu baixo potencial ofensivo, não são considerados crimes, mas meras infrações tributárias.
- e) Segundo a jurisprudência dominante, o pagamento integral do tributo devido e de todos os acréscimos

devidos, inclusive multas, não é capaz de extinguir a punibilidade nos crimes contra a ordem tributária.

**Questão 12** (NUCEPE/2018/PC-PI - DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL - ADAPTADA). Considerando o previsto no Código Tributário Nacional sobre constituição do crédito tributário e sobre a suspensão da exigibilidade do crédito tributário, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A suspensão da exigibilidade do crédito tributário tem como natural e automática consequência a dispensa do cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito esteja suspenso.
- b) A concessão da moratória em caráter individual não gera direito adquirido e independe de requerimento do interessado dirigido à repartição fazendária competente.
- c) O lançamento, atividade vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional, é o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível.
- d) O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo não pode ser revisto de ofício pela autoridade tributária.
- e) O Código Tributário Nacional prevê apenas duas modalidades de lançamento: por declaração e por homologação.

**Questão 13** (VUNESP/2024/PREFEITURA DE LINS-SP - FISCAL DE TRIBUTOS - ADAPTADA). O lançamento efetuado pela autoridade administrativa sem participação do contribuinte é um

- a) Lançamento por homologação.
- b) Lançamento por declaração.
- c) Autolançamento.
- d) Lançamento acessório.
- e) Lançamento de ofício.

**Questão 14** (UNIVIDA/2024/PREFEITURA DE OURIZONA-PR - AUDITOR DE CONTROLE INTERNO). Após a constituição do crédito tributário, o Ente público deve agir para assegurar que os valores efetivamente lançados e não pagos sejam devidamente cobrados, administrativa ou judicialmente, uma vez que os recursos públicos são escassos e necessários para servir à população. Assinale a alternativa que apresenta, respectivamente, as modificações nos créditos tributários ocorridas em decorrência de parcelamento e compensação por parte dos Contribuintes:

- a) Extinção e exclusão.
- b) Exclusão e suspensão.
- c) Suspensão e extinção.
- d) Suspensão em ambos os casos.
- e) Extinção em ambos os casos.

**Questão 15** (QUADRIX ÓRGÃO/2012/CRP - 9<sup>a</sup> REGIÃO-GO - ANALISTA ADMINISTRATIVO - ADAPTADA). Assinale a alternativa que preenche, com os números e seus significados, correta e respectivamente, os parênteses.

- ( ) moratória; ( ) depósito do montante integral; ( ) pagamento; ( ) concessão de medida liminar em mandado de segurança; ( ) conversão do depósito em renda; ( ) parcelamento; ( ) dação em pagamento.

1 – Suspensão do crédito tributário.

2 – Extinção do crédito tributário.

- a) 2; 2; 1; 2; 1; 2; 1
- b) 2; 2; 1; 1; 2; 1; 1
- c) 1; 1; 2; 1; 2; 1; 2
- d) 1; 2; 2; 1; 1; 1; 2
- e) 1; 1; 2; 2; 1; 1; 2

**Questão 16** (VUNESP/2012/TJ-MG - JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO - ADAPTADA). Assinale a alternativa que apresenta informação **incorrecta**:

- a) São solidariamente responsáveis tributários as pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação tributária.
- b) O Código Tributário Nacional prevê, em algumas situações, benefício de ordem na solidariedade.
- c) A lei pode atribuir de modo expresso a responsabilidade tributária à terceira pessoa, quando esta estiver vinculada ao fato gerador da exação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da mesma obrigação.
- d) A isenção de crédito tributário, na hipótese de solidariedade, exonera, sem ressalvas, todos os obrigados.
- e) São solidariamente obrigadas as pessoas expressamente designadas por lei.

**Questão 17** (CESPE/2018/PGE-PE - PROCURADOR DO ESTADO - ADAPTADA). Considerando o que dispõe o CTN, assinale a opção correta a respeito das obrigações tributárias.

- a) A obrigação principal importa o dever de fazer ou não fazer algo no interesse da arrecadação e da fiscalização tributárias.
- b) A obrigação tributária surge apenas com a ocorrência da hipótese de incidência tributária.
- c) O fato gerador deve ser o mesmo tanto para a obrigação principal quanto para a obrigação acessória.
- d) A obrigação acessória é convertida em obrigação principal na hipótese de sua inobservância.
- e) O sujeito ativo da obrigação acessória é denominado responsável tributário.

**Questão 18** (INSTITUTO DARWIN ÓRGÃO/2024/PREFEITURA DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE-PE - AUDITOR DE TRIBUTOS - ADAPTADA). A Fazenda Pública Municipal divulgou ao público em geral informações relativas a inscrições na Dívida Ativa onde consta determinado contribuinte como devedor. Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) O servidor público responsável pela divulgação deve ser responsabilizado criminalmente.
- b) O servidor público responsável pela divulgação será responsabilizado administrativamente e, se tiver agido com dolo, também criminalmente.
- c) Não houve irregularidade na divulgação feita pela Fazenda Pública Municipal.
- d) Houve indevida quebra de sigilo fiscal, já que as informações somente poderiam ser divulgadas mediante decisão judicial.
- e) As informações concernentes à créditos tributários inscritos em Dívida Ativa só podem ser encaminhados à administração tributária de outros entes federativos, mediante recibo, que formalize a transferência e assegure a preservação do sigilo.

**Questão 19** (FGV/2024/PREFEITURA DE CARAGUATATUBA-SP - FISCAL DE TRIBUTOS - ADAPTADA). No Direito Tributário, o prazo decadencial refere-se ao intervalo de tempo:

- a) Entre o pagamento do auto de infração e a constituição definitiva do crédito tributário.
- b) Entre a constituição definitiva do crédito tributário e a extinção da multa.
- c) Em que a Fazenda poderá realizar a ação de execução fiscal.
- d) Em que a Fazenda poderá realizar a constituição do crédito tributário.
- e) Que o contribuinte dispõe para pagar um auto de infração, desde seu lançamento.

**Questão 20** (ESAF/2009/AFRFB - ADAPTADA). Sobre os sujeitos da obrigação tributária, com base no Código Tributário Nacional, assinale a opção correta.

- a) O contribuinte de fato integra a relação jurídico-tributária, haja vista possuir relação direta com o fato gerador da obrigação.
- b) O sujeito ativo da obrigação tributária é a pessoa jurídica de direito público que detém capacidade tributária ativa, sendo esta indelegável.
- c) Em regra, há solidariedade entre o contribuinte de fato e o contribuinte de direito, na relação jurídico-tributária.
- d) São sujeitos passivos da obrigação tributária o contribuinte, o responsável tributário e aquele que arca com o ônus financeiro nos tributos indiretos.
- e) De acordo com o CTN, no polo ativo da relação jurídico-tributária, deve figurar pessoa jurídica de direito público.

Alternativa/ Questão	A	B	C	D	E
1				■	
2					■
3		■			
4			■		
5				■	
6			■		
7				■	
8	■				
9					■
10			■		
11	■				
12			■		
13					■
14			■		
15			■		
16				■	
17				■	
18			■		
19				■	
20					■